



ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

O PREGOEIRO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI-CE.

Ref.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19.01.2022.01-PE

Senhor Pregoeiro, tendo examinado o Edital do Pregão Eletrônico N° 19.01.2022.01-PE, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI – CE.

Apresentamos a presente proposta para, conforme planilha de preços, anexa.

Sendo:

LOTE I- ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL - 200 DIAS LETIVOS								
Rota	Descrição	Marca	Unid.	Km ano letivo	Valor Unit do km	VALOR MENSAL	QTD MENSAL	TOTAL GLOBALA NUAL
01								

Rota	Descrição	Marca	Unid.	Km ano letivo	Valor Unit do km	VALOR MENSAL	QTD MENSAL	TOTAL GLOBAL ANUAL
01								

Outrossim, declaramos que:

a)	nos	preços	oferecidos	estão	inclusas	todas	as	despesas	de	fornecimento	dos	bens,	impostos,
en	cargo	os, taxas	s, royalties, s	eguros	s, frete – c	carrego	ес	descarrego	;				

b) os bens serão entregues, conforme estipulado na ordem de compra, na sede do Município de Santana do Cariri;

c) O prazo de garantia dos bens é de () meses,	contados a partir da data de
entrega na Prefeitura de Santana do Cariri.		

Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos: a) efetuar a entrega dos bens solicitados na ordem de compra, no prazo máximo de (______) dias corridos, contado a partir da data de recebimento da ordem de compra concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 90 (noventa) dias, contado a partir desta data. Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições estipuladas no Edital de Pregão.

Nome, qualificação e assinatura do responsável legal.

01-02





ANEXO III - DECLARAÇÕES

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19.01.2022.01-PE

DECLARAÇÃO I

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Santana do Cariri, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.





III.II.) 2º Modelo de Declaração:

Lei.

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19.01.2022.01-PE

DECLARAÇÃO II

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Santana do Cariri, Estado do Ceará, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos produtos a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da
(UF), de de
DECLADANCE







III.III.) 3º Modelo de Declaração:

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19.01.2022.01-PE

DECLARAÇÃO III

[NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR], DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Santana do Cariri, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

 (UF),	de		de
DEC	CLARA	ANTE	





III.IV.) 4º Modelo de Declaração:

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19.01.2022.01-PE

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

(Esta declaração deverá ser entregue na forma disposta no subitem 6.2 do Edital)

A empresa In	nscrita no CNPJ nº, se	diada
(endereço completo)	, por intermédio de seu represen	tante
	ortador(a) da Carteira de Identidade nº	
	penas da Lei, que atende os dispositivos d	
	bro de 2006, notadamente o art. 3°, tendo direit	
benefícios estendidos pelo referido Diplo		
P	,	
() MICRO EMPRESA		
() Midno El il Nebri		
() EMPRESA DE PEQUENO	OPORTE	
() EMI KEST DE LEQUEIX	OTORIE	
(UF),de	do	
(or),de	de	
т	DECLADANTE	
1	DECLARANTE	

Rua Dr. Plácido Cidade Nuvens, 387, CEP: 63190-000 | CNPJ: 07.597.347/0001-02-





ANEXO IV - MINUTA TERMO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19.01.2022.01-PE

Α		do	MUNIC	ÍPIO DE S.	ANTANA	DO CARIR	I, com se	ede na rua
		, inscrite	o no CNPJ	sob o nº		_, neste ato	representa	ıda pelo seu
	,	inscrito	no CPF	nº		, do	ravante d	lenominada
CONTI	RATANTE, e o	o(a) empr	esa	, in	scrito(a) n	o CNPJ/MF	sob o nº _	,
sediad	o(a) na		dorav	ante desigr	nada CONT	ΓRATADA, 1	neste ato re	presentada
pelo(a) Sr.(a)		_, portad	lor(a) da Ca	arteira de	Identidade	nº	e
de CPF	nº		e em ob	servância à	as disposiç	ões da Lei r	º 8.666, de	21 de junho
de 199	93, resolver	n celebrai	o prese	nte Termo	de Contra	ato, decorre	ente do PR	OCESSO DE
	ĄÇÃO Nº							
	,				,			
1.	CLÁUSULA	PRIMEIR	A - OBJET	0				
1.1.	O objeto do							
PRES ₁	TAÇÃO DE S	SERVIÇOS	DE TRA	ANSPORTE	ESCOLAI	R, OBJETIV	ANDO AT	ENDER AS
	SSIDADES DI							
DE EN	NSINO DO I	MUNICÍPI	O DE SA	NTANA D	O CARIR	I - CE, os	quais int	egram este
instrui	mento, indep	endente d	e transcri	ição.				
2.	CLÁUSULA :	SEGUNDA	- VIGÊNO	CIA				
2.1.	O prazo de	vigência	deste Ter	mo de Cor	ntrato é a	té	de	_ de 20,
contad	los da data de	e sua assir	natura, no	s termos da	a Lei nº 8.6	666, de 199	3.	
3.	CLÁUSULA '	TERCEIRA	A - PREÇO)				
L	OTE I- ROTAS	DO TRAN	SPORTE I	ESCOLAR DA	REDE MU	NICIPAL - 2	00 DIAS LE	TIVOS
					Valor	VALOR	QTD	TOTAL
Rota	Descrição	Marca	Unid.	Km ano	Unit do	MENSAL	MENSAL	GLOBAL
				letivo	km			ANUAL
01								
L	OTE II- ROTA	S DO TRA	NSPORTE	ESCOLAR D	A REDE ES	STADUAL - 2	215 DIAS LE	TIVOS
				17	Valor	VALOR	QTD	TOTAL
Rota	Descrição	Marca	Unid.	Km ano	Unit do	MENSAL	MENSAL	GLOBAL
				letivo	km			ANUAL
01								





3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$().	
3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indirectas e indirect	etas
decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos soci	ciais,
trabalhistas, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e ou	itros
necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.	
4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dot	ação
orçamentária própria, prevista no orçamento da, na classific	ação
fonte de recursos:	

4.1 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.1 O contrato poderá ser sublocado de acordo com a conveniência da administração e, autorizado previamente por esta, limitado, no entanto a 80% (oitenta por cento) dos veículos. 4.1.2 Quando da ocorrência de subcontratação, deverá a Contratada apresentar o contrato de subcontratação e dos documentos (veículo/condutor) que satisfaçam a todas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro CTB e demais condições do Edital e seus anexos.
- 4.1.3 Os veículos do transporte escolar deverão apresentar tempo máximo de até 15 (quinze) anos de uso (idade de acordo com CRLV), além de boas condições de uso e com todos os seus itens de segurança em perfeito estado, condições que serão vistoriadas pela prefeitura e/ou pelo órgão de trânsito competente de 06 (seis) em 06 (seis) meses, ou em prazo menor, a critério da autoridade, durante a vigência do contrato. Caso a rota possua alunos portadores de necessidades especiais, especialmente cadeirantes, o veículo deverá possuir adequações específicas para o seu pleno atendimento, tais como: plataforma elétrica de elevação, cinto de segurança próprio para cadeiras de rodas e espaço(s) próprio(s) destinado(s) à fixação da(s) cadeira(s) de rodas.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.
- 5.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.
- O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os bens efetivamente entregue a Contratante, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:







- a. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e
- b. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
- 5.3. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 5.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 5.5. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.6. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicandose a seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (6 / 100) 365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

- 6.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 6.2. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Administração, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a







procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à assessoria jurídica do município para o devido parecer; e caso o gestor da Secretaria contratante entender que os elementos solicitados justificam o equilíbrio proceder-se-á com o termo de aditivo.

8.3. Os reajustes serão realizados, devidamente justificados, aplicando-se sempre a correção feita pelo IGPM -índice Geral de Preços do Mercado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. O objeto da licitação será recebido pelo liquidante da respectiva Secretaria, mediante a apresentação dos respectivos recibos, fatura e nota fiscal, nos termos do Edital.
- 7.2. O recebimento do objeto licitado dar-se-á por servidor designado pela Contratante, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada e, ainda, quanto as especificações contidas no termo de referência anexo I, anexo I-"A" Categorias e especificações dos veículos, anexo I- "B" Georreferenciamento das rotas, bem como o edital de pregão eletrônico n°______.
- 7.3. A empresa contratada ficará obrigada a refazer os serviços imediatamente em caso que venha a ser recusado, sem nenhum ônus para a Contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Os serviços deverão ser realizados no local discriminado na ordem de serviços, emitida pela Secretaria de Educação.
- 8.2. Os serviços licitados deverão obedecer a um cronograma de execução, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ordem de serviços, emitido pela administração da Secretaria de Educação, no local indicado.
- 8.3. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Setor da Secretaria de Educação, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução para fins de pagamento.
- 8.4. A execução dos serviços poderá ser realizada de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade da Contratante, durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ordens de serviços, constando os itens a serem executados, bem como data e local para a realização dos mesmos.
- 8.5. Os serviços contratados deverão ser executados mensalmente, a contar do recebimento da ordem de serviços.
- 8.6. Os serviços contratados deverão ser executados, observando rigorosamente as condições contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução que lhes sejam imputáveis.
- 8.7. O fornecimento dos serviços contratados deverá ser fiscalizado, e acompanhado, por representante da Administração, de preferência do setor que solicitou os serviços.
- 8.8. Outros Serviços:
- 8.8.1. A disponibilização dos serviços contratados deverá observar as seguintes premissas:







- 8.8.1.2. Atender as necessidades em transporte dos alunos das áreas Rurais, Distritos e Sede do Município de Santana do Cariri, proporcionando-lhes segurança, conforto e pontualidade para frequentar as escolas, atendendo assim a legislação vigente e o bom desempenho no aprendizado dos alunos.
- 8.8.1.3.A contratada manterá o veículo abastecido em perfeito estado de conservação, limpeza, segurança, portando documentos dentro do prazo de validade, equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito, a disposição da Secretaria da Educação.
- 8.8.1.4. Quando necessário o transporte aos sábados, feriados ou outros dias em que haja atividades curriculares ou extracurriculares, que demande o transporte dos alunos, reuniões dos pais e planejamento dos professores nos itinerários, será comunicada a contratada, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e o valor por km será o mesmo dos dias normais.
- 8.8.1.5. Os veículos utilizados para a prestação dos serviços somente poderão ser conduzidos por profissionais devidamente habilitados e autorizados pela contratada e/ou contratante.
- 8.9. Os serviços serão recebidos:
- 8.9.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado.
- 8.9.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até 10 (dez) dias, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 8.9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 8.9.4. Não aceito(s) os serviços, será comunicado à licitante vencedora, para que proceda a respectiva e imediata correção, em prazo não superior a 03 (três) dias, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente executado, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia executar.
- 8.9.5. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

9. CLÁUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, como impostos, taxas, encargos, seguros, e deslocamentos necessários e quaisquer outros custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Santana do Cariri-Ce;
- 9.2 Os serviços deverão ser executados conforme necessidade, de acordo com o Termo de Referência anexo I, anexo I-"A" Categorias e especificações dos veículos, anexo I- "B" Georreferenciamento das rotas, bem como o edital de pregão eletrônico nº______.
- 9.3. O contratado deverá realizar os serviços conforme descrito no Termo de Referência e proposta de preços apresentada e deverá substituir as suas expensas todo e qualquer serviço





em que estiver em desacordo com as especificações mínimas exigidas e padrões de qualidade exigidos;

- 9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo perante a administração;
- 9.5. Responsabilizar-se pela execução do objeto licitado. Havendo necessidade de interrupção, o contratado deverá comunicar ao contratante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em que necessariamente deverá ser aprovada pela administração;
- 9.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato;
- 9.7 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do art. 65, parágrafos Io e 20 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.8 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação exigida na licitação;
- 9.9. A Contratada deverá dispor de profissionais habilitados e capacitados a atender o objeto desta contratação, sendo de sua inteira responsabilidade o fiel atendimento às exigências contidas no edital da licitação, no Termo de Referência e na Proposta de Preços apresentada;
- 9.10. Disponibilizar para vistoria, prontamente, conforme solicitação da contratante, o veículo utilizado para prestação dos serviços;
- 9.11. Responsabilizar-se pela totalidade das despesas para a completa e efetiva prestação dos serviços, tais como: combustíveis, pneus, motorista, manutenção em geral do veículo, taxas, tributos, encargos e demais despesas diretas e indiretas que incidam sobre a execução do objeto contratual;
- 9.12. O(s) veículo(s) utilizados na prestação dos serviços objeto da presente contratação, deverão estar em condições adequadas e seguras, observando as exigências legais, especialmente as contidas no Código de Trânsito Brasileiro, assim como deverão possuir até no máximo 15 (quinze) anos de uso, comprovado por meio do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV);
- 9.13. É de inteira responsabilidade da Contratada a substituição do veículo que apresentar defeito, mal funcionamento ou que deixar de atender às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo que a referida substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) dia, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento das obrigações contratuais assumidas;
- 9.14. Utilizar veículos e motoristas que atendam às exigências contidas nos artigos 136 a 138 do Código de Trânsito Brasileiro.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATATANTE

10.1. Proporcionar todas as facilidades para que o contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

Rua Dr. Plácido Cidade Nuvens, 387, CEP: 63190-000 | CNPJ: 07.597.347/0001-02 |





- 10.2. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo contratante e que esteja em desacordo com o Termo de Referência e Proposta de preços apresentada;
- 10.3. Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos serviços;
- 10.4. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados de acordo com as Notas Fiscais/Faturas, emitidas e atestados da execução dos serviços pelo setor responsável do Município de Santana do Cariri-Ce;
- 10.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da Contratada, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n° 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:
- 11.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Carta Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Santana do Cariri e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Santana do Cariri pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:
- I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:
- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor da ordem de serviços, por dia de atraso na execução dos serviços, contados do recebimento da ordem de serviço/autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da ordem de serviços, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;
- 11.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de serviços, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias da execução dos serviços.
- 11.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº 10.520/02, as seguintes penas:
- 11.2.1. Da Advertência;







- 11.2.1.2. Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido, sem prejuízo da aplicação de eventuais penas previstas em lei, tais como:
- a) Fumar no interior do veículo;
- b) Permitir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo;
- c) Motorista estacionar o veículo fora dos locais determinados, bem como permitir o embarque e desembarque de alunos fora dos locais pré-determinados;
- d) Motorista colocar o veículo em movimento com a porta aberta;
- e) Permitir a entrada de pessoas estranhas ao transporte efetuado;
- f) Executar transporte de passageiros não autorizados pela Contratante;
- g) Destratar passageiros ou manter comportamento inconveniente quando em serviço;
- h) Operar veículo em desacordo com as especificações definidas nos atos regulamentares emitidos pelos órgãos de trânsito;
- i) Não comunicar à Prefeitura qualquer tipo de ocorrência estranha na execução dos serviços;
- j) Não dar atendimento adequado, bem como auxílio aos alunos possuidores de necessidades especiais;
- k) Motorista dirigir o veículo de forma perigosa, comprometendo a segurança e conforto dos passageiros;
- l) Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança;
- m) Não atender a solicitação da Prefeitura para retirar de circulação veículo em condições consideradas inadequadas.
- 11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal DAM.
- 11.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fazer jus.
- 11.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- 11.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.
- 11.5. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a Contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.
- 11.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente na inexistência deste.
- 11.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n° 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

597.347/0001-02





- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n° 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas;
- 12.4.4. Aquelas prevista no Termo de Referência.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial do Município de SANTANA DO CARIRI/CE, no prazo previsto na Lei $\rm n^{o}$ 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca do Município de SANTANA DO CARIRI/CE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

	Santana do Cariri/CE, de	de
-	CNPJ(MF): CONTRATANTE	
Testemunhas:	CNPJ(MF): CONTRATADA	
Nome:	Nome:	
CPF:	CPF:	